

Conservadora Registo Civil de Gondomar em prisão preventiva

11-Jan-2009

A conservadora do registo civil de Gondomar é uma das seis pessoas a quem foi decretada ontem a prisão preventiva no âmbito da operação desencadeada na madrugada da passada sexta-feira para dismantelar uma rede que prometia a realização de falsos casamentos com vista à legalização de imigrantes.

A detenção da conservadora pela Unidade Nacional Contra o Terrorismo (UNCT) da Polícia Judiciária foi confirmada por despacho do juiz Carlos Alexandre, do Tribunal Central de Instrução Criminal, no termo do primeiro interrogatório dos 12 arguidos da rede que se dedicava a promover os "casamentos brancos". Ficaram também sujeitos a prisão preventiva outros cinco arguidos detidos, entre os quais três paquistaneses, suspeitos de liderarem o grupo envolvido na legalização de compatriotas seus, e um funcionário da segurança social.

A partir de hoje, o registo civil de Gondomar fica sem a licenciada responsável por suspeita de conivência com aquele grupo envolvido no auxílio à imigração ilegal, através da realização de mais de 300 "casamentos brancos", em que a noiva aceitava intervir a troco de quantias que oscilavam entre os 500 e os 2500 euros. Tratava-se de mulheres de condição humilde, algumas das quais terão sido ainda aliciadas para participarem em actos semelhantes em outros países da União Europeia (UE).

O matrimónio simulado abria aos imigrantes clandestinos as portas de acesso a documentos portugueses, nomeadamente passaportes, que lhes facilitavam a circulação no interior da UE e em outros países que dispensam visto a cidadãos com documentos comunitários. A rede não se dedicava a promover aqueles falsos casamentos, como também estaria envolvida no tráfico de outros documentos necessários para a legalização de imigrantes clandestinos oriundos do Paquistão.

O funcionário da segurança social, que prestava serviço na região de Lisboa, é suspeito de facilitar documentação da instituição aos elementos da rede, que era depois utilizada pelos imigrantes no processo de legalização.

O topo da pirâmide seria ocupado por três comerciantes paquistaneses residente na Grande Lisboa e dispunha ainda de capacidade para emitir contratos de trabalho falsificados, entre os imigrantes e empresas detidas por alguns dos detidos. Umas eram fictícias, mas outras, que estavam a debater-se com sérias dificuldades, terão sido adquiridas para funcionarem como biombo.

Em causa crimes de falsificação de documentos, corrupção e associação criminosa para auxílio à imigração ilegal e durante as investigações, que decorrem já há vários meses, chegou a ser equacionada a hipótese de a rede poder estar a ser utilizada por organizações terroristas para obter falsos documentos de identidade.

PÚBLICO | 12.01.2009